

The Programa Monumenta and the model of historic center of Brazilian cities

O Programa Monumenta e o modelo de centro histórico das cidades brasileiras

Prof. Maria Cristina da Silva Schicchi
Programa de Pós-graduação em Urbanismo - PUC-Campinas
schicchi@terra.com.br

ABSTRACT – The paper analyzes the recent rehabilitation experiences in two Brazilian historic centers, Porto Alegre and Olinda, particularly the interventions made by Programa Monumenta/BID, implemented by the Ministério da Cultura and IPHAN in Brazilian cities in the last decade. The discussion is contextualized by the analysis of projects and plans proposed for the areas of the program. The objects of study of the original research are the historic centers of a set of port cities that contain significant urban and architectonic heritage and have undergone recent interventions: Old Havana, Montevideo, Valparaíso, Porto Alegre, Belém, Rio de Janeiro and Olinda. The choice of this set derives from the work's main premise that there is a simultaneity in the processes of ongoing change and a similarity in the intervention forms of Latin-American cities, in a general view, of which the Brazilian cities, particularly, their historic centers, are also prime examples. As a sample, in this paper, the urban changes that happened in the last fifteen years in both cities are analyzed and revealed the importance the question of rehabilitation of urban and architectonic patrimony has acquired as a crucial element in intervention processes in historic centers, inside the paradigm of sustainable urban development. Consequently, this work sought to put in evidence the conservation strategies of these centers, characterizing and comparing the rehabilitation and management proposals adopted and the role of a series of agents which influenced this process.

Keywords: urban policies; historic centers; urban rehabilitation; architectonic heritage; Brazilian cities.

RESUMO – O texto analisa as experiências recentes de reabilitação de dois centros históricos brasileiros, Porto Alegre e Olinda, em especial, as intervenções realizadas pelo Programa Monumenta/BID, implementado pelo Ministério da Cultura e pelo IPHAN nas cidades brasileiras, na última década. A discussão é contextualizada pela análise mais geral de projetos e planos propostos para as áreas de implantação do programa. Na pesquisa de origem, os objetos de estudo foram os centros históricos de um conjunto de cidades portuárias latino-americanas que possuem significativo patrimônio urbano e arquitetônico e que sofreram intervenções recentes: Havana Velha, Montevideu, Valparaíso, Porto Alegre, Belém, Rio de Janeiro e Olinda. A escolha do conjunto deve-se à premissa principal da pesquisa de que há uma simultaneidade nos processos de mudança em curso e uma similaridade nas formas de intervenção nas cidades latino-americanas, de forma mais geral, dos quais as cidades brasileiras e, particularmente, os seus centros históricos, são também exemplos emblemáticos. Neste texto, como exemplos, são analisadas as mudanças urbanísticas operadas nos últimos quinze anos nas duas cidades citadas, nas quais se revela a importância que a questão da reabilitação do patrimônio urbano e arquitetônico ganhou como elemento motor de processos de intervenção em centros históricos, dentro do paradigma do desenvolvimento urbano sustentável. Como resultados, buscou-se evidenciar as estratégias de conservação destes centros, caracterizar e comparar as propostas de reabilitação e gestão adotadas e o papel dos diversos agentes que atuaram no processo.

Palavras-chave: políticas urbanas; centros históricos; reabilitação urbana; patrimônio arquitetônico; cidades brasileiras.

Introdução

No final dos anos 1960, quando Pier Luigi Cervellati iniciava a primeira parte do livro sobre a experiência de intervenção em Bolonha com o subtítulo “Porque o centro histórico” (CERVELLATI,1979), ele enunciava praticamente todas as questões que viriam a ser discutidas durante as décadas seguintes. Explicar porque intervir no centro histórico da cidade e não em outro território significava, naquele momento, inverter o olhar sobre as cidades, principalmente as européias, já que boa parte das experiências de intervenção do pós-guerra haviam se concentrado na tarefa de reconstrução de cidades ou construção de bairros novos na periferia.

No texto, já estavam presentes argumentos relevantes tais como a necessidade de se partir de uma visão global dos problemas do centro histórico e sua recuperação, levando em conta o desenvolvimento do país (ou região) e de revisão da legislação, fatores determinantes da desvalorização de setores do centro e da marginalização das classes de menor poder aquisitivo, da produção de novos bairros residenciais e criação de áreas de produção segregadas nas metrópoles, processos que acabaram por relegar o centro histórico a uma condição marginal, de degradação ou destruição física e social, assim como torná-lo objeto de investimentos especulativos. Separar o direito de propriedade do direito de construir, ou, em outras palavras, discutir o uso social da propriedade urbana, era uma de das propostas apresentadas para viabilizar a recuperação dos centros históricos. Entre outros aspectos, o controle de uso do solo é apontado como fator essencial para a manutenção dos habitantes do centro. Conforme conclui o autor, os fenômenos de natureza econômico-social são inseparáveis da questão da conservação e da valorização social do patrimônio urbano, já que além de um bem cultural inalienável é também um recurso que não se deve desperdiçar nem deixar nas mãos da especulação. Ao contrário, deveria ser conservado e reabilitado para a habitação social

e resguardado das transformações estruturais e funcionais que se desenvolvem “espontaneamente”.

Todas as questões enumeradas possuem uma atualidade notável em relação ao debate recente sobre a preservação do legado patrimonial dos centros históricos, inclusive com certo consenso entre os atores implicados no processo, independente de interesses envolvidos, exceto pela proposta de reabilitá-los para a habitação social e a de controle e proteção de seu desenvolvimento em relação à dinâmica urbana da cidade.

Estes dois aspectos, não por acaso, são os que ainda permanecem em aberto na discussão sobre a recuperação de centros históricos.

Em estudo recenteⁱ foram analisadas as experiências de reabilitação de áreas centrais de um conjunto de cidades latino-americanas que possuem significativo patrimônio urbano e arquitetônicoⁱⁱ: Rio de Janeiro, Porto Alegre, Olinda, Belém, Montevidéu, Havana Velha e Valparaíso. A pesquisa se desenvolveu a partir de dois enfoques: análise das teorias urbanísticas que sustentam programas, projetos e planos e das formas de gestão e implantação dos mesmos. A escolha deste conjunto de cidades se deve à premissa de que há uma simultaneidade nos processos de intervenção e mudanças em curso nas cidades latino-americanas, dos quais estas cidades e, particularmente, os seus centros históricos, são exemplos emblemáticos, por motivos distintos.

A pesquisa foi feita por meio de coleta e análise de documentos, levantamentos, publicações e relatórios técnicos de planos e programas existentes nas prefeituras e órgãos de preservação, coletados nas viagens de campo realizadas para as cidades estudadasⁱⁱⁱ, posteriormente re-elaborados, de forma específica, para cada enfoque proposto acima.

Para este artigo, entretanto, por uma questão de espaço, propôs-se como recorte a

discussão de dois estudos de casos de cidades brasileiras, Porto Alegre e Olinda, a partir da análise dos processos de conservação e reabilitação de seus centros, em especial, dos perímetros delimitados, financiados e geridos pelo Programa Monumenta/BID, fator que possibilitou uma primeira leitura comparada dos mesmos.

A importância de operar aproximações entre as experiências de intervenção de reabilitação de centros históricos e de gestão dos patrimônios construídos nas cidades está principalmente na possibilidade de identificar novas questões a partir da análise das práticas adotadas e refletir sobre problemas comuns, cuja reunião de dados similares em dossiês permite evidenciar. Assim, na segunda parte do texto, grande parte do material apresentado baseia-se na consulta a fontes primárias e em levantamentos empíricos realizados.

A primeira leitura possível, portanto, decorreu do próprio desenho do Programa Monumenta/BID, que atuou de forma similar em todas as cidades brasileiras. Porém, o programa é o resultado de um longo percurso de discussão internacional sobre a preservação do patrimônio construído, que culmina com a definição de um consenso em torno da idéia de que a recuperação dos centros históricos somente seria possível a partir de uma abordagem da relação destes com o desenvolvimento urbano das cidades, considerado em todos os seus aspectos. Outra questão que ganhou relevância recente e que culmina na forma de atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento é o investimento na recuperação urbana com a perspectiva de obter o autofinanciamento do processo como produto, priorizando o financiamento de projetos que resultem num rápido retorno do capital investido. Ou seja, reduzindo ao nível econômico e financeiro os critérios de definição de prioridades que deveriam ser discutidos no plano político.

Breve percurso da institucionalização de planos e programas de conservação urbana financiados

O percurso histórico de institucionalização de programas e planos de conservação urbana tem início a partir das intervenções no centro histórico de Bolonha, conforme enunciado, as quais ocorrem em meio a um contexto de crescente importância da questão da conservação do patrimônio. Em 1964 é assinada a Carta do ICOMOS^{iv}, em Veneza, que embora não tenha feito referência direta à dimensão social mais ampla do urbanismo, estabeleceu critérios científicos e metodológicos para a intervenção no patrimônio construído e, no mesmo sentido, em 1967, seria declarado o Ano Europeu do Patrimônio Histórico (MUTAL, 2001).

No início da década seguinte, a questão ganharia proporções mundiais, com a realização da Convenção das Nações Unidas, em 1972, até hoje uma referência, pois já se referia em seu texto à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural (BOUCHENAKI, 2001) e exigia dos estados membros uma lista dos sítios históricos mais importantes, os quais, mais tarde seriam submetidos à análise na sede da UNESCO em Paris que, por sua vez, realizaria as primeiras declarações de conjuntos e cidades patrimônios mundiais.

Quatro anos depois, a Conferência Geral da UNESCO em sua 19ª reunião em Nairóbi, em 1976, convidava os Estados Membros a assumir uma política global relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, assim como a instituir um regime jurídico e administrativo específico de proteção dos conjuntos e a realizar uma harmonização destes com as legislações de urbanismo e de habitação. Nasce, assim, os “setores conservados” (BOUCHENAKI, 2001).

Simultaneamente, ocorre um movimento geral de reflexão sobre o tema e no Conselho da Europa é assinada a Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico, em Amsterdã, em

outubro de 1975, em que se amplia o conceito de patrimônio cultural ao se abolir a idéia de hierarquia entre conjuntos de maior e menor interesse (JUSTICIA & MARTÍNEZ, 2008). Porém, apenas dez anos mais tarde, em 1985, na reunião do mesmo Conselho em Granada seria assinada a “Convención para la salvaguarda del patrimonio arquitectónico de Europa”, na qual se estenderiam as recomendações de conservação, especificamente, para os centros urbanos históricos (BOUCHENAKI, 2001).

No contexto americano, em 1967, também seriam elaboradas as Normas de Quito pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Tais normas versavam sobre a restauração de monumentos, num momento em que se consolidava a idéia de recuperação econômica de áreas históricas a partir do aproveitamento do patrimônio edificado para o turismo. Porém, foi no Colóquio de Quito, em 1977, que os centros históricos foram definidos como “*aquellos asentamientos humanos vivos, fuertemente condicionados por una estructura física proveniente del pasado, reconocibles como testimonios de la evolución de un pueblo*” (GUTMAN, 2001:96). No ano seguinte, seriam declaradas as duas primeiras cidades patrimônios mundiais: Quito (Equador) e Cracóvia (Polônia) e com isso, supõe-se o início de uma nova maneira de abordar a conservação dos monumentos, integrando-os ao desenvolvimento das cidades históricas.

Gutman (2001) aponta que numerosos congressos se realizaram com este enfoque ampliado do “antigo” e do “histórico” entre as décadas de 1970 e 1980, em que determinado grupo de especialistas reconhecia setores ou cidades como históricos, entre os quais, o de Nairóbi (1976), já citado, o Simpósio de Morélia (1981) e de Tepoztlán (1983), Puebla (1986), México e La Habana (1987).

Finalmente, em 1987, a Assembleia Geral das Nações Unidas assinava a Carta de Washington do ICOMOS que, assim como a Convenção Europeia de 1985, recomendava a proteção de cidades históricas^v. UNESCO,

ICOMOS e ICCROM^{vi}, divulgariam internacionalmente seu enunciado e os bancos internacionais, Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), passariam a se interessar pelo assunto e a destinar recursos importantes para a recuperação de centros de cidades históricas (BOUCHENAKI, 2001).

Entretanto, como afirma Mutal (2001), devido às condições criadas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o primeiro programa de cidades históricas a ser criado na América Latina seria no Brasil, em 1973, o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste (ZANCHETI & MILET, 2006), que demandaria a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), em 1980, como órgão executivo da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sustentada por fundos públicos e privados (FONSECA, 1997). No total foram realizados 93 projetos, 16 deles em cidades históricas e 49 em áreas urbanas (MUTAL, 2001). Neste mesmo ano, Ouro Preto é a primeira cidade brasileira declarada Patrimônio Mundial.

A relação entre reabilitação do patrimônio urbano e desenvolvimento teve maior convergência no enfoque dado ao tema por acordos de cooperação internacional entre países, e, logo, entre comunidades e municipalidades no âmbito da diplomacia subnacional, os chamados acordos de segunda e terceira geração, iniciados em meados dos anos 1990.

Porém, é a partir do reconhecimento de semelhanças entre os problemas dos centros históricos, então territórios delimitados, que uma estratégia de atuação num conjunto de cidades passou a definir o desenho das cooperações entre países do continente europeu e latino-americano e caribenho. Isto foi possível a partir das transformações operadas nas três décadas finais do século XX, em que, em quase todas as cidades e regiões da América Latina e do Caribe, foram observados os seguintes

processos: um crescimento demográfico acentuado ao lado de um desenvolvimento industrial e de uma rápida urbanização, a tendência à descentralização nas grandes metrópoles, o fenômeno da migração, crises econômicas constantes na década de 1980, gerando expansão da pobreza, da marginalidade e a deterioração do meio ambiente (GUTMAN, 2001). Tais processos, entretanto, somente se tornaram visíveis na medida em que outros agentes externos passaram a interagir com os governos nacionais e locais e a promover a difusão de idéias nos contextos regionais.

Segundo Mutal (2001), entre as décadas de 1970 e 1980, a região se abriu a novas ideias, ainda muito influenciada por modelos europeus que são, em geral, transpostos diretamente para o contexto local. Neste período, um projeto conjunto entre PNUD^{vii} e UNESCO faz um chamamento à cooperação internacional para assistência técnica aos governos latino-americanos, com orçamento de USD\$ 20.000.000, em que foram criados 16 centros de conservação, os quais, após sete anos consecutivos, já tinham formado 1.500 graduados em cursos de especialização.

As celebrações do V Centenário em 1992 se juntaram ao Projeto Regional PNUD/UNESCO com sede em Lima, principalmente nos países de língua espanhola. O impulso à inovação na assistência financeira espanhola para a América Latina e o Caribe se deu a partir da política de cooperação do governo socialista, após o início do regime democrático e do ingresso do país na Comunidade Européia, através da criação do Fundo Quinto Centenário. Tratava-se de um montante de 500 milhões de dólares destinado ao financiamento de projetos de desenvolvimento para atender às necessidades básicas dos estados latino-americanos, entre as quais, as de desenvolvimento urbano, conservação, restauração e aproveitamento do patrimônio cultural para o desenvolvimento turístico (URQUIZA, 2005).

Neste mesmo sentido, o programa SIRCHAL de Seminários-ateliês sobre a revitalização de centros históricos de cidades da América Latina e Caribe é um exemplo da política de promoção e cooperação cultural desenvolvida pela Direção de Arquitetura e Patrimônio (DAPA) do Ministério de Cultura e Comunicação da França, e se inicia em Paris, em maio de 1998, na “Maison de L’Amerique Latine” com o apoio do BID e da UNESCO, do Ministérios das Relações Exteriores e Obras Públicas da França e a União Internacional de Arquitetos (UIA), além de empresas francesas e outros organismos não governamentais. Foram realizados encontros em Quito, em 1998, em Santiago e Valparaíso, em 1999 e em São Luís do Maranhão, em 2000.

Porém, a participação do BID, inicialmente centrada em iniciativas públicas de conservação e reabilitação do patrimônio urbano para apoio ao desenvolvimento do turismo não se mostrou sustentável, segundo afirma Rojas (2001). Assim, os financiamentos foram redirecionados a programas mais integrados de conservação e revitalização de centros históricos, que passaram a incluir no processo todos os atores interessados, muitas vezes condicionando a execução dos programas à criação de mecanismos de participação por parte dos governos locais.

Além de investimentos na conservação de monumentos, os novos programas destinariam recursos para melhoria de infraestrutura e espaços públicos, para a conservação de edifícios privados e para o fomento de atividades econômicas. Além dos governos centrais, passaram a incluir governos locais (estados e municípios) e entidades públicas vinculadas à promoção do desenvolvimento. Também no setor privado, promovem a participação de grupos interessados na história e na cultura, já que tinham como pressuposto que a reabilitação dos imóveis permitiria atrair investidores e criar oportunidades para negócios^{viii}.

Rojas (2001) aponta que este enfoque permitiria ao banco perseguir vários objetivos, tais como ajudar os financiados a melhorar a efetividade do gasto público, com prioridades claras destinadas a promover investimentos privados, com participação dos proprietários do solo e dos investidores imobiliários, ou seja, tomar em consideração tanto a questão técnica quanto as preferências locais (incluindo interesses políticos), de forma a incentivar que a iniciativa dos programas surgisse do local. Um exemplo eficaz de mecanismo que atenderia esse processo, segundo o autor, seriam as sociedades de capital misto^{ix}. Outra perspectiva de desenvolvimento era a promoção de atividades produtivas mediante programas de conservação do patrimônio urbano voltados principalmente para o turismo^x.

Desta forma, de 1974 a 1999, foram realizados inúmeros acordos de cooperação entre governos de cidades latino-americanas e caribenhas, BID e os governos de países europeus. Todos se enquadravam na segunda geração de acordos, em que além de investimentos em infraestrutura, são destinados recursos para promover ações público-privadas para a conservação de centros históricos (ROJAS & CASTRO, 1999).

No Brasil, o programa MONUMENTA recebeu cinquenta milhões de dólares do banco em 1999 e teve uma contrapartida dos governos locais de mais cinquenta milhões (BOUCHENAKI, 2001). Nas tratativas iniciais com o Ministério da Cultura, em 1995, se definiram os locais de intervenção prioritária: Olinda, Recife, Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo. Também em 1999, por ocasião das comemorações dos 50 anos do BID, em Petrópolis (RJ), é assinado o “Contrato de Empréstimo com Governo Brasileiro”. Em 2000 se inicia efetivamente o Programa e se elaborou a “Lista de Prioridades do Monumenta”, a partir de um ranking de cento e um sítios e conjuntos urbanos sob a proteção federal. Em 2006, foi concluída a seleção pública de imóveis privados, realizada nas vinte e seis cidades do Programa,

com a classificação de oitocentos e noventa e dois imóveis. Em 2007, tendo em vista o grande número de projetos ainda em andamento, o programa é prorrogado até 2009. Ao ser encerrado o programa, foi criado o PACH, Plano de Ação das Cidades Históricas, novo plano que surgira da experiência acumulada de atuação do Monumenta^{xi}. Entretanto, este programa deverá ser financiado apenas pelos poderes públicos das diversas instâncias de governo.

Portanto, fica evidente que todas as premissas do programa MONUMENTA, do governo federal, gerenciado pelo IPHAN junto às municipalidades brasileiras foram, na verdade, condicionantes definidas *a priori* pelo BID.

A perspectiva que se apresentava ainda no início da implantação do programa era a de atuar a partir de uma visão estratégica e um objetivo claro de desenvolvimento, com um enfoque multidimensional que contemplasse o entorno físico e o tecido social, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos residentes originais e a rentabilidade das atividades econômicas. Outra perspectiva importante era obter colaboração entre o setor público e o privado para melhorar a eficácia dos investimentos, com a contratação de agências especializadas ou a definição de um corpo técnico treinado para coordenar e executar os planos de desenvolvimento (MUTAL, 2001), ou seja, propunha-se a estabelecer uma gestão paralela, se necessário^{xii}.

A atuação do Programa nas cidades brasileiras

O Programa Monumenta teve um espectro de atuação bastante amplo, incluindo tanto cidades históricas já declaradas patrimônios nacionais como Ouro Preto, Olinda, Goiás Velho, Diamantina, como cidades que possuem apenas um significativo conjunto de edifícios tombados no nível federal, caso da maioria das capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, etc. O programa era

implementado a partir da assinatura de convênios firmados entre o Ministério da Cultura, prefeituras e/ou estados, no qual se estabeleciam as atribuições de cada uma das partes, os objetos de intervenção, o valor dos financiamentos e os prazos de execução das obras. Para acompanhar e conduzir as ações do Programa formavam-se equipes de técnicos do município ou do estado em conjunto com os do IPHAN para comporem as Unidades Executoras de Projeto – UEP, as quais recebiam orientações da Unidade Central de Gerenciamento, com sede no Ministério da Cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA – Programa Monumenta/BID).

O primeiro passo, portanto, era definir um conjunto significativo e articulado de edifícios históricos a serem restaurados e reabilitados, mesmo para cidades como Olinda em que teoricamente não há setores mais significativos que outros, enquanto contexto íntegro de cidade histórica.

PROGRAMA MONUMENTA - Porto Alegre



FIGURA 1: Centro Histórico de Porto Alegre. Vista da Rua Siqueira Campos, onde, além de edifícios públicos, se localizam edifícios comerciais e de serviços, numa área bastante consolidada. Levantamento próprio, 2007.

A história da gestão do patrimônio de Porto Alegre se confunde com a história do planejamento da cidade e, neste sentido, no contexto das cidades brasileiras, poderíamos apontá-la como uma das primeiras a tratar a questão com enfoque no desenvolvimento urbano da cidade, em especial, de seu centro, como nos mostra Meira (2004). A autora aponta

o início das ações de preservação nos anos 1970, quando estas se institucionalizam por meio de leis específicas e de ações gerais que vinham sendo estruturadas desde a década de 1960, por um grupo ainda restrito de intelectuais.

O fato da cidade também ter sido pioneira no Brasil, nos anos 1990, a implantar processos participativos, fez com que começassem a surgir demandas de preservação de patrimônios da cidade em fóruns de discussão mais gerais como o Orçamento Participativo, os Congressos da Cidade e as Conferências Municipais, segundo a autora, que ainda ressalta que a *“trajetória da preservação do patrimônio cultural, em Porto Alegre, reflete as mudanças de conceitos e práticas ocorridas em nível internacional e nacional”* (MEIRA, 2004:69).

A estrutura da área de cultura da prefeitura consiste hoje, hierarquicamente, em secretarias, coordenadorias e departamentos. A área de Memória Cultural e toda a discussão sobre edifícios e áreas preservadas se concentram no EPHAC e no COMPHAC, que são, respectivamente, o órgão assessor e o conselho do Patrimônio de Porto Alegre. Porém, a gestão do centro, como um todo, é feita através de um programa especial da Prefeitura, o *“Viva o Centro”*, que é vinculado à Secretaria de Planejamento e não à de Cultura.

A Secretaria Municipal da Cultura (SMC) é quem realiza o Inventário do Patrimônio Cultural - Bens Imóveis - de Porto Alegre, que tem sido um instrumento fundamental para o desenvolvimento da prática de preservação do município, subsidiando o planejamento da cidade, desde que a legislação constitucional assim o definiu. No anteriormente denominado Bairro Centro foram identificados um mil e trinta e sete imóveis (PDDUA,2008).

Há também os bens tombados pelo Município, que são aqueles protegidos pela Lei de Tombamento - Lei Complementar 275/92 - e passam a integrar o Patrimônio Cultural de Porto Alegre após serem inscritos no Livro do Tombo.



FIGURA 2: Mercado Municipal de Porto Alegre, inaugurado em 1869 e restaurado em 1999 pela Prefeitura Municipal e pelo Monumenta. Fonte: Levantamento próprio, 2007.

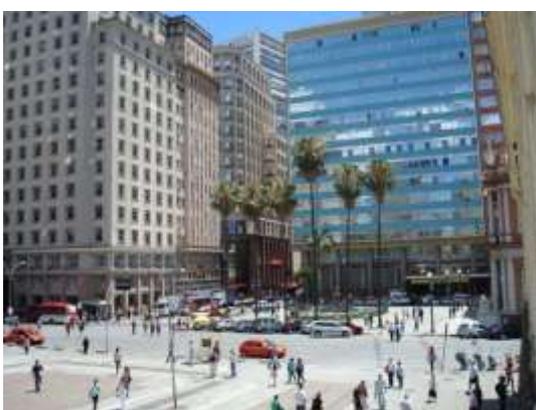


FIGURA 3: Paço Municipal de Porto Alegre, área que sofreu intervenção do Monumenta, onde é possível ver a praça contígua ao Mercado, já rehabilitada e sem a presença de camelôs. Fonte: Levantamento próprio, 2007.



FIGURA 4: Edifício da Prefeitura de Porto Alegre na Praça Montevideu ao lado do Mercado Municipal. O edifício foi restaurado pelo Monumenta e os espaços e equipamentos públicos pela Prefeitura. No primeiro plano vê-se a Fonte Talavera. Fonte: Levantamento próprio, 2009.

Um dos projetos emblemáticos realizados no centro e vinculados à Secretaria de Cultura e à do Planejamento (Viva o Centro) foi o restauro e reabilitação do edifício e criação do Memorial do Mercado Municipal (FIGURA 2). Por meio deste trabalho foi possível, ao longo de dezesseis anos, realizar uma pesquisa histórica completa da área do entorno do edifício e lançar vários programas associados à recuperação da Memória da área e à valorização das atividades e tradições ainda presentes. Ou seja, a partir da reabilitação do edifício e a permanência do uso, foi possível mobilizar todos os atores envolvidos, desde concessionários, proprietários de edifícios do entorno, usuários e até a própria opinião pública.

O Programa Monumenta Porto Alegre se iniciou em 2001 e, em 2009 estava encerrando as restaurações no perímetro de intervenção. Foram definidos dois eixos significativos da ocupação e desenho do centro histórico: a Rua dos Andradas (Rua da Praia, FIGURA 6), que determina um eixo entre a Usina do Gasômetro e o Mercado Antigo e a Rua General Câmara (FIGURA 7), que determina um eixo entre a cidade baixa e a alta, ligando a Rua da Praia à Praça da Matriz onde se concentram, respectivamente, os edifícios institucionais municipais mais significativos e os patrimônios estaduais.

A questão mais importante que o Monumenta propiciou, no caso de Porto Alegre, foi a possibilidade de otimizar as ações de preservação (pressuposto do BID), com prazo e área de intervenção delimitados, tendo em vista também organizar as ações simultâneas dos vários órgãos de preservação atuantes e incidentes no mesmo espaço, tais como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado) e o EPHAC (Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural). A implementação das obras do Monumenta conseguiu romper com a inércia de ações e tornar a questão do centro prioritária para a prefeitura e o governo estadual.

De qualquer modo, houve também vários aspectos não solucionados. Um deles é a não inclusão de financiamento para a remuneração dos projetos executivos de intervenção, o que fez com que a equipe do Monumenta acumulasse a função de rever projetos - e, em muitos casos, de detalhá-los - com a de atuar como gerentes, ou seja, fazendo a ponte entre os órgãos técnicos nas demais instâncias, os projetistas e os proprietários dos imóveis.

Outro aspecto a ser destacado é que o entorno dos bens tombados e restaurados pelo Monumenta está submetido ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o Monumenta, enquanto programa de ação, não tem um aporte teórico próprio e sim responde aos requisitos do BID, que traçou sua linha de atuação válida para qualquer cidade ou centro histórico. Desta forma, o programa incorporava a visão de preservação local dos técnicos municipais como, no caso, os do EPAHC (Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural). Isto criou vários impasses nas decisões, embora o fato de haver uma rotatividade muito grande entre os técnicos da prefeitura nas várias instâncias de preservação tenha amenizado este problema.

O patrimônio de Porto Alegre é dividido pela legislação (Lei Complementar Municipal nº 434/99 - Plano Diretor, Art.14, Parágrafo Único) em bens “de estruturação”, que são os que “(...) *por seus valores atribui identidade ao espaço (...)*” e os “de compatibilização” que expressam “(...) *relação significativa com a de Estruturação e seu entorno (...)*”. As Áreas Especiais de Interesse Cultural (AEIC), constantes no plano diretor, configuram unidades mais amplas, entendidas como conjuntos indissociáveis e que devem manter suas características, com inclusão de áreas de entorno no perímetro de conservação dos conjuntos. Isto representou uma abrangência maior do tecido urbano preservado. Entre bens de estruturação e compatibilização há cento e sessenta imóveis privados. Em 2006, o

programa Monumenta lançou o primeiro edital e realizou reuniões quinzenais com os proprietários privados. O resultado foi uma resistência a princípio, seguida de uma grande adesão: setenta interessados retiraram os editais, trinta apresentaram propostas, dezessete foram selecionados e ao final, só doze fizeram obras (com cinco milhões de reais destinados para tal).

Em 2008 foi lançado um segundo edital com a verba que não havia sido utilizada no primeiro e foram atendidos mais doze proprietários de edifícios que estavam regularizados juridicamente e que conseguiram apresentar projetos (que, em geral, são terceirizados), pois são necessários dois anos, em média, para aprovar projeto e situação jurídica.

No Plano Diretor, a área central corresponde à área 1 e é uma área predominantemente comercial, que mantém sua característica de centralidade principal e ainda possui uma grande quantidade de habitações no centro e nos bairros tradicionais no setor contíguo a ele. O maior problema do centro, do ponto de vista urbanístico, é a falta de coordenação entre os projetos ou de visão estratégica, o que gera certa insegurança na condução e de continuidade dos processos iniciados, segundo técnicos locais consultados. A área central está razoavelmente consolidada (FIGURA 1) e sua verticalização controlada. Não há cortiços ou áreas problemáticas, por isso os programas do centro não estão voltados para a solução deste tipo de problema.

Outro problema apontado pelos técnicos consultados é a integração nos projetos das áreas de borda do centro, na orla do Guaíba^{xiii}. Vários estudos apontaram a área como estratégica para intervenções de renovação urbana e criação de oportunidades de novos investimentos privados de grande escala. Entretanto, tal possibilidade esbarra numa questão que remanesce que é a transposição da Av. Mauá que separa o porto da cidade propriamente (FIGURA 5) e a reutilização de muitos edifícios vazios e terrenos ainda vagos na área.



FIGURA 5: Galpões reabilitados da área portuária junto ao Rio Guaíba. Fonte: Levantamento próprio, 2009.

O “Viva o Centro” é um dos 21 programas estratégicos inseridos no novo Modelo de Gestão adotado em 2005 pela Administração Municipal de Porto Alegre. O programa é gerenciado pela Secretaria do Planejamento Municipal (SPM) e conta com a participação de praticamente todas as secretarias e departamentos do Município. Porém, entre as principais questões verificadas sobre sua atuação está a falta de institucionalização num sistema de planejamento dos procedimentos criados e não apenas vinculados a um programa, fato que evidencia o problema de ausência de visão estratégica.



FIGURA 6: Um dos dois eixos do Programa Monumenta Porto Alegre: Rua dos Andradas. Fonte: Levantamento próprio, 2009.



FIGURA 7. Outro eixo do Programa Monumenta: Rua General Câmara. Fonte: Levantamento próprio, 2009.

No caso específico da atuação da gestão municipal junto ao Monumenta, o programa “Viva o Centro” implementaria as parcerias público-privadas, cooptando outros agentes no processo para que a reabilitação não se tornasse tópica e sim integrada (MONUMENTA, 2001). Porém, com a ausência de um plano para o centro, isto não ocorreu e as ações foram pontuais e, em geral, associadas de forma intuitiva.

Não obstante, a simultaneidade de ações resultou na aparência de que havia uma coordenação geral e numa mudança da imagem do centro. Este contexto permitiu que o COMPAHC promovesse em 2008 uma campanha, que culminaria com um decreto que alterou a denominação de Bairro Centro para “Centro Histórico” (Lei nº10.364/2008)^{xiv}. Outra ação importante do COMPAHC foi a criação da AMICH - Rede de Amigos do Centro Histórico de Porto Alegre, que pretende se transformar em uma OCIP ou ONG no futuro, para propagar a importância do centro histórico para a cidade. Isto poderá ter uma repercussão imediata para o turismo cultural local.

Monumenta Olinda

O Sítio Histórico de Olinda corresponde às colinas e às áreas baixas junto ao mar onde ocorreram os primeiros assentamentos da cidade, nele situando-se os monumentos e o

casario secular. É a área tombada pelo IPHAN pela Notificação 1.004/68 e protegida pela lei municipal como Zona Especial de Proteção Cultural (ZEPC1, FIGURA 8). Nessa área, apesar de predominar o caráter residencial, também há atividades comerciais de âmbito local, de prestação de serviços de pequeno porte e atividades culturais e de lazer compatíveis com a condição de área preservada.



FIGURA 8: Mosteiro de São Bento em Olinda na ZEPC1. Patrimônio da Humanidade. Nota-se a falta de conservação da fachada. Fonte: Levantamento próprio, 2009.



FIGURA 9: Casario histórico no centro de Olinda. Nota-se o uso de grades nas janelas, como medida de segurança. Algumas casas são ateliês, outras são utilizadas como segunda residência. Fonte: Levantamento próprio, 2009.

Este setor é o coração da cidade e seu principal atrativo em termos culturais e turísticos. Está envolvido por um anel viário de circulação a nível metropolitano (lei nº 3926/73), que fez dele um setor distinto dos demais na cidade (ZANCHETI & MILET,

2006), tendo o grande espaço urbano do parque de Salgadinho como marco de entrada pelo Recife. A proximidade de grandes empreendimentos na área de Salgadinho (Centro de Convenções de Pernambuco, Parque Arcoverde, Play-Center, Fábrica da Tacaruna e Shopping Tacaruna) e dos bairros do norte, onde se expande o comércio e a especulação imobiliária, apontam para a necessidade de dotar o Sítio Histórico de equipamentos e mecanismos que recuperem sua vocação sócio-cultural (PRPCU,1997:14).

Na verdade, foi a fragilidade econômica do município, adquirida no século XIX, após a perda do *status* de capital para Recife, e estendida até a década de 1960, o que possibilitou a manutenção das características urbanísticas e arquitetônicas do seu Centro Histórico, bem como das suas manifestações culturais mais representativas (PRPCU,6).

Neste sentido, a condição de Olinda é representativa de várias cidades históricas brasileiras, as quais, preservadas em sua paisagem, traçado urbano e conjunto arquitetônico, exercem uma forte atração sobre artistas, intelectuais e profissionais liberais, das mais variadas procedências. Assim, nesta mesma década de 1960 ocorreu o primeiro movimento de fixação de moradores externos à comunidade. Intelectuais e artistas passaram a adquirir imóveis locais para moradia, com a perspectiva de desfrutar da qualidade de vida e do prestígio oferecidos pela paisagem e autenticidade local (FIGURA 9)^{xv}. Em consequência, no período de 1960 a 1991 a população do município triplicou, passando de 109.950 habitantes para 341.059 habitantes.

No início da década seguinte, Olinda elabora o primeiro Plano Diretor, que permitiria a definição de diretrizes de uso e ocupação do solo no município, tendo gerado o Código de Obras e Posturas, instrumento de controle urbano ainda vigente (PDMO, 2004).

Porém, não é possível pensar o Sítio Histórico de Olinda independentemente da

Cidade e da Região Metropolitana do Recife. A Cidade Alta de Olinda possui 2 km² de superfície, ocupa um lugar estratégico com uma encosta de 50 m de altura (FIGURA 10), num território de 40,83 km² da cidade, distante apenas 5 km do limite com Recife. A interação entre as duas cidades data dos primórdios da ocupação portuguesa, quando Olinda apoiava-se no atracadouro de Recife como lugar de escoamento de sua produção agrícola. O istmo de Olinda, fachada de Recife, articulava o porto, o núcleo urbano e as áreas produtivas da então sede do governo português em terras de Pernambuco (MONUMENTA, 2005).



Fig. 10. Vista de uma das ladeiras a partir da Cidade Alta de Olinda. Fonte: Levantamento próprio, 2009.

Apesar do Plano Diretor de Olinda ter sofrido atualizações desde o primeiro período dos anos 1970, a totalidade dos planos temáticos incide sobre o Sítio Histórico. E a despeito disto reafirmá-lo como lugar privilegiado pela localização, por suas qualidades culturais e pelo valor de seu patrimônio imobiliário, o sítio sofre hoje forte tendência de envelhecimento da população, claros indícios de marginalidade social e progressiva estagnação do patrimônio construído. Tal situação pode ser constatada através de visita aos bairros mais distantes do Sítio Histórico e confirmado por dados dos relatórios da Secretaria de Planejamento da cidade (PROMETROPOLE, 1988)^{xvi}.

Mesmo depois de receber o título de Patrimônio da Humanidade, concedido pela UNESCO em 1982, Olinda não conseguiu

implementar atividades produtivas capazes de absorver um contingente de população economicamente ativa e, em conseqüência, desempenha o papel de cidade-dormitório, exportando sua força de trabalho para os municípios adjacentes. As bases atuais da economia municipal são as atividades de lazer e turismo, assim como pequenos comércios e prestação de serviços.

Por outro lado, o isolamento da área tombada e a exigência do BID de uma contrapartida financeira por parte da gestão municipal, para a atuação conjunta no Programa Monumenta, produziu dois tempos diferenciados para as ações e investimentos no município. Ergueu-se uma muralha invisível ao redor da área histórica, já que grande parte da regulação e dos parâmetros urbanísticos é específica para esta área e de difícil assimilação por parte da população quando implica restrições que não se estendem aos demais bairros. Assim, a gestão municipal, através da Secretaria do Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo (SEPACTUR), conviveu com uma gestão paralela dedicada a responder ao cronograma das obras em andamento financiadas pelo programa Monumenta.

Outro problema estrutural e que incide na gestão da área é ter que lidar com a falta de postos de trabalho na cidade e o empobrecimento da população, descaracterizando a convivência e identidade local, já que para a população residente há somente a opção de atuar no ramo do comércio e serviços voltados para o turismo, que oscila de acordo com o calendário de eventos em ambas as cidades.

A ocupação de uma das áreas objeto de intervenção do Monumenta, o Alto da Sé (FIGURAS 11 e 12), por um grande número de ambulantes, gerou a necessidade de organizar um projeto específico para abrigá-los fora dos espaços públicos, resolvido com a construção de um Mercado de Artesanato, destinado a abrigar os comerciantes que serão removidos de instalações informais, hoje construídas ou

armadas sobre o passeio da Rua Bispo Coutinho (SEPACCTUR, 2006). Ou seja, a despeito deste território concentrar a maioria dos projetos

específicos propostos, Olinda enfrenta os mesmos problemas encontrados no centro de qualquer cidade turística brasileira.



FIGURA 11: Projeto de reestruturação urbana do Alto da Sé. Fonte: Prefeitura da Cidade de Olinda. Secretaria de Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo de Olinda (SEPACCTUR).

Segundo o documento “Áreas de Pobreza de Olinda” da Secretaria de Planejamento de Olinda (2006), as áreas com maior situação de pobreza são os assentamentos localizados às margens de mangues, rios e canais. Além do risco de inundação e da precariedade das construções, estes assentamentos provocam sérios danos ao meio ambiente, poluindo e aterrando mangues e assoreando os mananciais. Contudo, são também muito densas as áreas de ocupação irregulares nas encostas da cidade histórica, sem infraestrutura adequada, aumentando os riscos de desmoronamento e de lesão ao sítio histórico (FIGURA 14). Este é o problema mais grave a ser enfrentado para a conservação do sítio histórico^{xviii} e incide diretamente sobre as áreas objeto de intervenção do Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Olinda.

Não obstante, o Roteiro Indutor definido para a Reabilitação Urbana de Olinda pelo Programa Monumenta foi pensado em função da localização de equipamentos urbanos e monumentos, geradores de atividades culturais, produtivas e de interesse turístico-cultural, contemplando ainda ruas de uso predominantemente residencial, onde se verifica o florescimento de atividades comerciais, de

prestação de serviços e outros usos mistos, de forma a garantir um desenvolvimento econômico compatível com a característica residencial do sítio histórico (PRPCU, 1997).



FIGURAS 12: Igreja no Alto da Sé – Catedral de Olinda, de 1584. Fonte: Levantamento próprio, 2009.

Foram definidos pelo programa Monumenta seis setores independentes de atuação, de acordo com a natureza das intervenções programadas, partindo de uma intervenção mais vigorosa nos espaços e edifícios públicos e procurando estendê-la a uma mescla de edifícios de vários tipos, usos e potencial de reabilitação do entorno, já que a recuperação dos imóveis privados, na sua totalidade, não pode ser controlada a partir do

programa. Três destes setores foram considerados prioritários e os primeiros iniciados: O Carmo, onde já ocorrem atividades culturais; a área Prudente de Moraes/ São João dos Militares, que engloba a Praça de São Pedro e o Largo do Amparo/Rosário, cuja característica é interligar uma extensão de 1.200 m com potencial de shopping a céu aberto, onde a rua teria um papel estruturador do projeto, na medida em que as atuais habitações cederiam parte de sua área de superfície para atividades comerciais ou culturais, tais como galerias de arte, ateliês de artistas plásticos, restaurantes e comércio local (FIGURA 13); trecho São Francisco/Misericórdia, setor privilegiado, pois foi o primeiro assentamento de Olinda e ainda permite a visão da paisagem marcada pelas torres das igrejas, o mar e o verde do entorno, que hoje, no entanto, se encontra desordenado, ocupado pelo comércio informal apresentando trânsito intenso e localização inadequada de estacionamentos (PRPCU, 1997).



FIGURAS 13: Rua principal na Cidade Alta, onde se pode ver a recuperação das casas para o funcionamento de lojas de arte e artesanato. Fonte: Levantamento próprio, 2009.



FIGURAS 14: Vista de escadaria de acesso à Cidade Alta e das casas construídas nas encostas da colina. Fonte: Levantamento próprio, 2009.

Os objetivos a serem atingidos com estas intervenções eram: dar acesso ao patrimônio arquitetônico e espaços livres para os quais estes têm fachada; geração de renda; preservação da identidade cultural e integração social. Para mobilizar a população em função do projeto, foram realizadas as Oficinas de Planejamento de Olinda, as quais têm funcionado como verdadeiros conselhos de cultura, realizadas com representantes das ordens religiosas, do Instituto Histórico, Associação de Moradores, Associação de Turismo do Estado e Município, agentes culturais, proprietários de pousadas, universidade (Mestrado de Desenvolvimento Urbano da UFP) e representantes dos órgãos de preservação dos três níveis (PRPCU, 1997).

Finalmente, o Plano do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda é a grande aposta em termos de solução integrada dos problemas de urbanização e inclusão social para os dois municípios. Também é articulador e estratégico desde a origem, já que se trata de um plano que envolve vários setores públicos e privados e propõe a requalificação a partir de

uma rede de equipamentos culturais distribuída espacialmente no território e não apenas nos centros. Entende os vários projetos existentes como “capital” a ser potencializado pelo plano, numa estratégia de criar sinergia entre os programas Monumenta, Porto Digital, Prometrópole e Habitar Brasil.

Do ponto de vista territorial, o Plano pretende estabelecer usos e atividades desejáveis e com isso induzir a valorização de áreas potenciais e o estabelecimento de diretrizes para sua regulamentação. O problema é que cada uma das áreas do complexo tem uma história diferente, sendo que muitas se concentram no Sítio Histórico de Olinda, na antiga fábrica Tacaruna onde se pretende instalar um centro Cultural e um centro de convenções, no centro histórico de Recife e nas áreas costeiras de Brasília Teimosa e Parque dos Manguezais (CCRO, 2005).

Reflexões finais

A primeira constatação em relação às experiências estudadas é que os requisitos de atuação do Programa Monumenta/BID - contrapartidas dos municípios atendidos e exigência de retorno financeiro dos investimentos - impõem uma dinâmica de trabalho e uma agenda de intervenções que acabam demandando uma gestão paralela à municipal e, muitas vezes, concorrente.

Esse processo, particularmente detectado pela atuação de um único programa em todas as cidades brasileiras guarda semelhança com outras formas de “gestão local de diferenças” adotadas por cidades latino-americanas, num contexto de disputa das cidades por investimentos internacionais. Ou seja, a implantação de regimes especiais de gestão para os centros históricos é hoje um consenso.

Outra questão constatada é a falta de articulação ou coordenação dos projetos incidentes no centro. Não obstante, o critério de

intervenção do programa a partir de roteiros indutores de reabilitação e não propriamente a partir de um perímetro, que foi o adotado em Olinda e em Porto Alegre, representaram um reforço de centralidade local devido à mobilidade que proporcionaram e à possibilidade de interligação ou conexão entre setores com maior potencial de desenvolvimento de atividades econômicas e culturais, estabelecendo um desenho de recuperação que não seria possível sem os investimentos realizados pelo programa.

Ainda que no discurso se afirme a necessidade de manutenção da população original e usuária dos centros, a introdução da atividade turística como fator de rentabilidade dos investimentos estabelece uma contradição, já que os serviços gerados para uso da população residente e de renda mais baixa não são compatíveis com os voltados para o turismo nacional e internacional. A valorização requerida para este último tem resultado no deslocamento do comércio popular, em especial, o ambulante, para áreas segregadas da cidade, em projetos construídos para esse fim, embora não sem a resistência dos comerciantes envolvidos. Este processo aproxima ambas as cidades de outras latino-americanas que enfrentam a mesma contradição, entre as quais, Valparaíso, Montevideu e Quito, que também foram estudadas pela pesquisa, embora não tenham sido objeto de análise deste artigo.

A discussão mais recente relativa à intervenção sobre os centros históricos brasileiros está presente na proposta dos Planos de Ação das Cidades Históricas (PACH), concebidos dentro do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural. Os planos trabalham com a perspectiva de atuação ampliada das ações de conservação, não operando mais a partir de perímetros definidos ou projetos pontuais e sim através de propostas globais elaboradas para um conjunto de municípios. Sob a coordenação das Superintendências Regionais do IPHAN nos estados, o programa não depende mais de financiamentos externos.

Portanto, o IPHAN, órgão federal, passará novamente a protagonizar o processo de elaboração de planos de conservação para o conjunto dos municípios. Porém, cada município, uma vez definido o conjunto de ações, deve elaborar um programa de execução destas, o qual, uma vez aprovado, será supervisionado pelo órgão federal. Do ponto de vista da gestão, recria-se a centralização no nível federal, pois ainda não se tem claro como serão os fluxos de liberação de verbas.

Esta parece ser, inclusive, a primeira questão controversa, já que uma vez estabelecidas demandas em um plano conjunto, parte-se para uma segunda etapa de detalhamento dos projetos municipais, fato que nem sempre será possível concretizar, pois nesta fase inicial não há financiamento para a contratação de projetos, que terão que ser realizados com orçamentos municipais, nem sempre existentes para tal, e elaborados por técnicos municipais, os quais, em geral, não têm a formação especializada que a concepção destes projetos requer.

Desta forma, apenas comparando as cidades de Porto Alegre e Olinda é possível inferir que a elaboração destes planos tornará visível a desigualdade de condições dos municípios em atender as demandas técnicas iniciais, já que tais condições são dadas principalmente pelo grau de consenso e maturidade da discussão sobre a preservação e pela presença de instrumentos já existentes para a atuação sobre uma unidade mais ampla de preservação de conjunto.

Por fim, de maneira geral, é possível afirmar que a maioria das cidades capitais brasileiras já possui instrumentos para atuação na preservação ambiental os quais poderiam auxiliar a revisão dos critérios de preservação urbana, hoje ainda restritos aos perímetros delimitados previamente por programas.

Referências

- BOUCHENAKI, Mounir. Organismos internacionales e instrumentos jurídicos para la preservación de los centros históricos. In CARRIÓN, Fernando (editor) **Centros Históricos de América Latina y el Caribe**. Quito: FLACSO Ecuador/Ministério de Cultura y Comunicación de Francia/UNESCO/BID, 2001, p.11-14.
- BRASIL. **Programa MONUMENTA-BID**. Ministério da Cultura. Disponível em: http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=165. Acessado em 20/01/2011.
- CERVELLATI, Pier Luigi. **Risanamento conservativo del centro storico di Bologna : programmi - progetti - cantieri - realizzazioni - consuntivi - assegnazioni**. Comune di Bologna: Assessorato alla programmazione e assetto urbano, 1979, 144 p.
- FONSECA, Maria Cecilia Londres Fonseca. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: URFJ/IPHAN, 1997, 316p.
- GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Programa PROMETROPOLE**. Recife: Secretaria das Cidades, 1988. Disponível em: <http://www2.prometropole.pe.gov.br/web/prometropole> , Acessado em: 30/01/2012.
- GUTMAN, Margarita. Del monumento aislado a la multidimensionalidad. In CARRIÓN, Fernando (editor) **Centros Históricos de América Latina y el Caribe**. Quito: FLACSO Ecuador/Ministério de Cultura y Comunicación de Francia/UNESCO/BID, 2001, p.95-106
- JUSTICIA, M. José Martínez; MARTÍNEZ, Leonardo J. Sánchez-Mesa. **La**

- restauración de bienes culturales en los textos normativos.** Selección, Traducción y Estudio Crítico de Documentos Normativos Internacionales y Nacionales. Granada: Editorial Comares, 2008.
- MEIRA, Ana Lúcia. **O Passado no Futuro da Cidade. Políticas Públicas e Participação Popular na Preservação do Patrimônio Cultural de Porto Alegre.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- MUTAL, Sylvio. Ciudades y centros históricos de América Latina y el Caribe: 50 años de trayectoria (1950- 1999). In CARRIÓN, Fernando (editor) **Centros Históricos de América Latina y el Caribe.** Quito: FLACSO Ecuador/Ministério de Cultura y Comunicación de Francia/UNESCO/BID, 2001, p.113-138.
- PREFEITURA DO RECIFE/PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA. **Plano do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda, 2005.**
- PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA. **Plano Diretor do Município de Olinda.** Olinda: PMO, 2004.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA. **Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano. Perfil de Projetos – roteiro para informações básicas.** Recife: PMO/IPHAN/MINC/BID, 1ª Versão, março/1997.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA. **Projeto de Requalificação Urbana do Alto da Sé.** Olinda: Secretaria do Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA).** Porto Alegre: Secretaria do Planejamento Municipal, 2008
- ROJAS, Eduardo & CASTRO, Cláudio de Moura. **Préstamos para la conservación del patrimonio histórico urbano – Desafíos y oportunidades.** Informe. Washington D.C.: BID, 1999.
- ROJAS, Eduardo. Financiando la conservación del patrimonio urbano en América Latina y el Caribe: la acción del Banco Interamericano de Desarrollo. In CARRIÓN, Fernando (editor) **Centros Históricos de América Latina y el Caribe.** Quito: FLACSO Ecuador/Ministério de Cultura y Comunicación de Francia/UNESCO/BID, 2001, p.15-22.
- URQUIZA, María Muñiz de. La cooperación para el desarrollo con América Latina en el marco de la política exterior de la España democrática. GARRIDO, Roberto Mesa (Director). España: Universidad Complutense de Madrid, 2005.
- ZANCHETI, Silvio Mendes & MILET, Vera. **Gestão e Conservação do Sítio Histórico de Olinda 1938 – 2006.** In **Texto para Discussão V25 – Série 1 – Gestão da Conservação Urbana.** Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), 2006.

Notas

ⁱ Projeto de pesquisa desenvolvido de 2008 a 2011 com o título “GESTÃO DO PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO. CIDADES LATINOAMERICANAS: Uma aproximação necessária”, junto à carreira docente da PUC-Campinas, com Auxílio Pesquisa FAPESP. Este trabalho contou com a colaboração inestimável da arquiteta Carolina Gonçalves Bexiga e do estudante Clayton Caner, ambos da PUC-Campinas e bolsistas de treinamento técnico da FAPESP (bolsas TT3 e TT1, respectivamente, sob minha orientação) que auxiliaram, nas tarefas de sistematização do material gráfico, iconográfico e na preparação dos levantamentos de campo.

ⁱⁱ Os levantamentos se referem, em alguns casos, a informações e dados de 2011, porém, como a pesquisa se iniciou em 2008, consideram-se aqui processos recentes e não necessariamente em curso.

ⁱⁱⁱ Foram realizadas de uma a três viagens para cada cidade, para levantamento de campo (coleta de documentos e entrevistas). Em todas, a permanência para os levantamentos foi de 5 a 6 dias. Os deslocamentos e estadas nacionais foram financiadas com Auxílio Pesquisa FAPESP. As viagens internacionais foram realizadas com financiamentos diversos.

^{iv} International Council on Monuments and Sites.

^v Segundo o autor (BOUCHENAKI, 2001), embora tenha sido divulgada em Washington, a carta foi preparada em reunião anterior realizada em Toledo, na Espanha.

^{vi} Segundo o autor (BOUCHENAKI, 2001), embora tenha sido divulgada em Washington, a carta foi preparada em reunião anterior realizada em Toledo, na Espanha.

^{vii} Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: “O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a rede global de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, presente em 166 países”. Disponível em: www.pnud.org.br/pnud/, acessado em 10/12/2011.

^{viii} No documento “The Inter-American Development Bank and Cultural Development. A discussion of key issues (CID, Dep. Desarrollo Sostenible, Washington D.C., marzo de 1998)” as áreas prioritárias de conservação do patrimônio urbano são apontadas como as que apresentavam maior potencial para gerar projetos financiáveis. Entre outros critérios estão

o potencial de promover participação privada. Foram analisadas três intervenções que tiveram êxito em termos de despertar o interesse do setor privado: Polo do Bom Jesus (Bairro do Recife), Cartagena de Indias (Colômbia) e o centro histórico de Quito (Equador). Com base nestes estudos de caso, se identificaram três linhas de ação para a participação do banco: 1. Programas de conservação de centros históricos patrimoniais com participação do setor privado; 2. Projetos de conservação do patrimônio que promovam processos mais amplos de reabilitação urbana e desenvolvimento econômico local e 3. Promoção de iniciativas privadas de conservação do patrimônio mediante o uso de incentivos, isenções e regulações (ROJAS & CASTRO, 1999).

^{ix} A lógica perseguida, neste caso, é que as companhias de capital misto ou corporações assumam parte do risco do negócio, que tende a ser alto nas etapas iniciais do processo de conservação (ROJAS & CASTRO, 1999).

^x Os exemplos de investimentos deste tipo foram os programas realizados em Cuzco na década de 1970 e os das cidades do nordeste do Brasil, já citados.

^{xi} Disponível em: http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=165, acessado em 22/12/2011.

^{xii} Segundo Rojas & Castro, em estudo realizado para definir os critérios de investimentos do BID, ao se avaliar a possibilidade de êxito na execução das obras financiadas, uma das questões importantes era a realização de uma análise das comissões, departamentos e institutos, ou seja, uma auditoria nas instituições locais, inclusive nos períodos de mandatos e nos mecanismos em vigor em matéria de regulação da conservação do patrimônio, como indicador do grau de flexibilidade nos conceitos de preservação e mudança. Neste sentido, apontava-se como melhor alternativa, em alguns casos, a redução do tamanho das instituições regulatórias e a transferência da maior parte da capacidade operativa para novas organizações, tais como as empresas de capital misto. O que importaria nesta reforma institucional, segundo os autores do estudo, era aumentar a capacidade da estrutura institucional em colaboração com o setor privado para entregar um produto inovador (ROJAS & CASTRO, 1999).

^{xiii} A proposta preliminar de revitalização da Orla do Guaíba cobre 1,5 quilômetro da orla, que compreende o trecho entre a Usina do Gasômetro e a primeira curva da Avenida Beira Rio. O projeto está sendo realizado pela equipe do Arquiteto Jaime Lerner. Disponível em: <http://www.portalvitrine.com.br/primeira-fase-de-revitalizacao-da-orla-do-guaiba-devera-ser-entregue-em-2012-news-14678.html> , acessado em 01/02/2012.

^{xiv} Depoimento do presidente do COMPAHC em janeiro/2010.

^{xv} Depoimento dos técnicos da Secretaria de Cultura de Olinda em outubro/2010.

^{xvi} - COMPESA e com diversas entidades da administração direta e indireta das Prefeituras de Recife e de Olinda. Acessível em: http://200.238.107.167/c/portal/layout?p_1_id=PUB.1557.44. Acesso em 28/02/2010.

^{xvii} Para mais informações sobre os problemas técnicos da cidade de Olinda veja GUSMÃO FILHO, Jaime de A. *A cidade histórica de Olinda. Problemas e Soluções de Engenharia*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2001, 193 p.